

EDUCAÇÃO INFANTIL ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CRECHES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CHILDHOOD EDUCATION BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE: INSTITUTIONAL IMPLICATIONS FOR PEDAGOGICAL PRACTICE IN CRICHES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Quésia Eduarda da Costa Pereira e Stéphaní Barbosa Campos Pereira
Graduandas do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São José.

Prof.^a Márcia Maria Ferreira dos Santos
Mestre em Educação.

Prof. Eder Nicolau Alves Venancio
Mestre em Estudos de Linguagem.

Prof. Victor Ramos da Silva
Doutor em Linguística

RESUMO

Este artigo analisa duas realidades presentes na Educação Infantil da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro: uma creche conveniada ao poder público, modalidade instituída como estratégia de ampliação da oferta de vagas na rede municipal, e uma creche da rede privada. Considerando que a educação é um direito da criança e um dever do Estado, busca-se compreender como as condições institucionais, estruturais e organizacionais dessas instituições influenciam o trabalho pedagógico e as experiências educativas oferecidas às crianças. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter comparativo, fundamentando-se nas observações realizadas pelas autoras em seus respectivos contextos de atuação profissional e na análise reflexiva das experiências vivenciadas nesses espaços educativos. Foram analisados aspectos relacionados à infraestrutura, aos recursos pedagógicos disponíveis, à organização das turmas, às condições de trabalho dos profissionais e às rotinas institucionais. A comparação entre os contextos investigados permitiu identificar aproximações e diferenças que repercutem diretamente na organização das práticas pedagógicas e nas oportunidades de interação, participação, brincadeira e aprendizagem oferecidas às crianças. Os resultados evidenciam que, embora ambas as instituições enfrentem desafios relacionados às condições de funcionamento e ao desenvolvimento do trabalho educativo, as especificidades de cada contexto produzem experiências distintas para profissionais e crianças. Conclui-se que a qualidade da Educação Infantil está diretamente relacionada não apenas ao empenho dos educadores, mas também às condições institucionais, organizacionais e materiais oferecidas pelas instituições. Espera-se que o estudo contribua para reflexões sobre as desigualdades presentes na Educação Infantil e para a construção de estratégias que favoreçam melhores condições de atendimento e desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Creche; Prática Pedagógica; Condições Institucionais; Educação Pública e Privada.

ABSTRACT

This article analyzes two realities present in Early Childhood Education in the western region of the city of Rio de Janeiro: a daycare center affiliated with the public sector, established as part of the municipal policy to expand access to Early Childhood Education, and a private daycare center. Considering that education is a child's right and a duty of the State, the study seeks to understand how the institutional, structural, and organizational conditions of these institutions influence pedagogical practices and the educational experiences offered to children. The research adopts a qualitative and comparative approach, based on observations carried out by the authors within their respective professional contexts and on a reflective analysis of their experiences in these educational settings. The study examined aspects related to infrastructure, availability of pedagogical resources, classroom organization, working conditions of professionals, and institutional routines. The comparison between the investigated contexts made it possible to identify similarities and differences that directly affect pedagogical practices and the opportunities for interaction, participation, play, and learning provided to children. The findings indicate that, although both institutions face challenges related to their operating conditions and the development of educational work, the specific characteristics of each context generate distinct experiences for both professionals and children. It is concluded that the quality of Early Childhood Education depends not only on the commitment of educators but also on the institutional, organizational, and material conditions provided by educational institutions. The study is expected to contribute to reflections on inequalities in Early Childhood Education and to the development of strategies aimed at improving educational services and pedagogical practices.

Keywords: Early Childhood Education; Daycare Centers; Pedagogical Practice; Institutional Conditions; Public and Private Education.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e é um direito assegurado legalmente à criança, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. Em seu Artigo 227, a legislação determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à educação, entre outros direitos fundamentais (Brasil, 1988). Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB nº 9.394/1996 — reafirma que a educação é dever da família e do Estado, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Nesse contexto, a Educação Infantil representa um importante momento de inserção da criança em um espaço coletivo para além do ambiente familiar, possibilitando experiências de convivência, interação e aprendizagem. A criança passa a estabelecer relações com diferentes sujeitos, culturas, linguagens e formas de expressão, ampliando suas experiências sociais e cognitivas. Conforme aponta Vygotsky (1998), o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e da relação da criança com o meio em que está inserida, sendo o outro elemento fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

A partir dessa perspectiva, a criança deixa de ser compreendida como um sujeito passivo e passa a ser entendida como participante ativa de seu processo de construção do conhecimento. Dessa forma, o espaço da Educação Infantil assume um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais. Nesse processo, o educador torna-se mediador das aprendizagens e das experiências vividas pelas crianças no cotidiano escolar.

Historicamente, entretanto, a creche esteve associada a práticas assistencialistas, voltadas prioritariamente ao cuidado das crianças enquanto suas famílias trabalhavam. Segundo Oliveira (2011), durante muito tempo as instituições destinadas à infância tiveram como foco principal ações relacionadas à higiene, alimentação e proteção, sem um compromisso efetivo com a dimensão pedagógica. Somente a partir das transformações ocorridas na legislação educacional brasileira, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, a Educação Infantil passou a ser reconhecida como parte integrante da Educação Básica, fortalecendo a compreensão de que cuidar e educar são dimensões indissociáveis do trabalho pedagógico.

Atualmente, as creches da cidade do Rio de Janeiro apresentam diferentes formas de organização institucional, incluindo creches públicas da rede direta, creches conveniadas ao poder público e creches privadas. Cada uma dessas modalidades possui características específicas relacionadas à infraestrutura, recursos pedagógicos, organização administrativa e condições de trabalho dos profissionais. Essas diferenças podem influenciar diretamente as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições e, conseqüentemente, as experiências proporcionadas às crianças.

Entre as modalidades de atendimento existentes no município do Rio de Janeiro, destacam-se as creches conveniadas, cuja constituição e organização serão contextualizadas ao longo deste estudo por sua relevância para a compreensão do objeto investigado.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a criança como sujeito de direitos e estabelece que a Educação Infantil deve garantir experiências relacionadas ao conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (Brasil, 2017). Entretanto, as condições institucionais podem interferir na efetivação desses direitos, especialmente quando existem desigualdades relacionadas aos recursos materiais, à organização do espaço, à formação profissional e às condições de trabalho.

Diante desse contexto, este estudo busca analisar as implicações institucionais para a prática pedagógica em creches da cidade do Rio de Janeiro, considerando as diferenças existentes entre uma creche conveniada ao poder público e uma creche da rede privada. A pesquisa apresenta como questão norteadora compreender de que maneira as condições institucionais e organizacionais dessas instituições influenciam a prática pedagógica desenvolvida na Educação Infantil.

Considerando esse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar comparativamente as condições institucionais e organizacionais de uma creche conveniada e de uma creche privada da cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender suas implicações para o trabalho pedagógico e para as experiências educativas das crianças na Educação Infantil. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as diferenças estruturais e organizacionais presentes nas instituições investigadas; investigar de que maneira os recursos disponíveis e a organização institucional influenciam o desenvolvimento do trabalho pedagógico; analisar como as condições institucionais repercutem na atuação dos profissionais da Educação Infantil; e comparar as implicações dessas diferentes condições para o cotidiano educativo, para as experiências das crianças e para a organização das práticas pedagógicas nos contextos analisados.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as condições institucionais influenciam diretamente a prática pedagógica realizada na Educação Infantil. Aspectos relacionados à infraestrutura, aos recursos pedagógicos, à organização do espaço e à valorização profissional podem impactar significativamente a qualidade do atendimento oferecido às crianças, refletindo em oportunidades desiguais de aprendizagem e desenvolvimento. Além disso, o estudo apresenta relevância social ao contribuir para reflexões acerca das políticas públicas voltadas à Educação Infantil e para a valorização do trabalho pedagógico desenvolvido nas creches.

Parte-se da hipótese de que as condições institucionais e organizacionais das creches influenciam diretamente as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, especialmente quando se consideram contextos distintos, como uma creche conveniada ao poder público e uma creche da rede privada. Considera-se que a efetivação do direito à Educação Infantil não depende apenas da legislação vigente, mas também das condições concretas oferecidas pelas instituições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Para a realização da pesquisa, desenvolveu-se uma investigação de abordagem qualitativa e caráter comparativo, realizada em uma creche conveniada ao poder público e em uma creche da rede privada da cidade do Rio de Janeiro.

A escolha da abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão de que esse tipo de pesquisa permite analisar fenômenos educacionais em seus contextos naturais, valorizando os significados produzidos a partir das experiências e das relações estabelecidas no cotidiano institucional (Denzin; Lincoln, 2011).

Os dados analisados foram produzidos a partir das observações realizadas pelas autoras nos contextos investigados, considerando aspectos relacionados à infraestrutura, à organização dos espaços, aos recursos pedagógicos disponíveis, à composição das turmas, às condições de trabalho dos profissionais e às rotinas institucionais. As observações foram complementadas pelos registros das experiências vivenciadas pelas pesquisadoras em seus respectivos espaços de atuação, possibilitando uma análise comparativa entre os dois contextos.

A escolha das instituições ocorreu em razão da inserção profissional das autoras nesses ambientes educativos, o que permitiu acompanhar o cotidiano das unidades e refletir criticamente sobre as implicações das condições institucionais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A análise das informações foi realizada por meio da comparação entre os contextos observados, buscando identificar aproximações, diferenças e seus possíveis impactos sobre o trabalho pedagógico e sobre as experiências vividas pelas crianças na Educação Infantil. Essa inserção possibilitou o acompanhamento contínuo das rotinas institucionais e a produção de registros reflexivos sobre os contextos analisados.

A pesquisa também dialoga com a perspectiva defendida por Freire (1996), ao compreender que a prática educativa está diretamente relacionada ao contexto social e institucional em que ocorre. Dessa forma, pretende-se compreender como as diferentes condições institucionais influenciam as práticas pedagógicas desenvolvidas nas creches e como essas diferenças repercutem nas experiências educativas das crianças.

Para atender aos objetivos propostos, o artigo está organizado em quatro seções. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica sobre a Educação Infantil, as especificidades das creches e os princípios que orientam a indissociabilidade entre cuidar e educar. Em seguida, descreve-se o percurso metodológico da pesquisa. Posteriormente, são analisados e discutidos os dados produzidos a partir da comparação entre uma creche conveniada e uma creche privada, articulando-os aos referenciais teóricos adotados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais achados do estudo e suas contribuições para a compreensão das relações entre as condições institucionais e as práticas pedagógicas na Educação Infantil.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se em referenciais que compreendem a Educação Infantil como um direito da criança e como um campo educativo fundamental para o desenvolvimento integral infantil. Para a construção desta discussão, serão abordadas concepções relacionadas à infância, ao processo histórico de constituição das creches, à indissociabilidade entre cuidar e educar e às influências das condições institucionais sobre a prática pedagógica. O estudo fundamenta-se em documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além das contribuições teóricas de autores como Lev Vygotsky, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira e Paulo Freire, que possibilitam compreender a criança como sujeito ativo de seu desenvolvimento e a prática pedagógica como uma ação diretamente relacionada ao contexto social e institucional em que se desenvolve.

2.1. Educação Infantil como direito e campo educativo

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e é reconhecida como um direito da criança e dever do Estado, conforme estabelecido pela legislação educacional brasileira. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade” (Brasil, 1996, art. 29).

Nesse sentido, a Educação Infantil deixa de ser compreendida apenas como um espaço de assistência e cuidado, assumindo também uma função educativa voltada ao desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) também fortalece essa compreensão ao reconhecer a educação como direito fundamental da criança e responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade.

A partir dessas transformações legais, a creche passa a ocupar um espaço importante nas discussões educacionais, sendo compreendida como ambiente de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano. Dessa forma, o trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de Educação Infantil deve considerar as múltiplas dimensões da infância, respeitando as especificidades das crianças pequenas e garantindo experiências significativas em seu processo de desenvolvimento.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, (Brasil, 2017) reconhece a criança como sujeito histórico, social e de direitos, orientando práticas pedagógicas fundamentadas nas interações e nas brincadeiras. Nesse

contexto, a Educação Infantil deve proporcionar experiências que favoreçam o desenvolvimento integral da criança, considerando suas formas de expressão, participação e construção do conhecimento.

2.2. Concepção de infância e desenvolvimento infantil

As concepções de infância passaram por diversas transformações ao longo da história. Atualmente, a criança é compreendida como sujeito ativo de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, participante das relações sociais e produtora de cultura. Nessa perspectiva, o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações estabelecidas com o meio e com os sujeitos que fazem parte de seu cotidiano.

Segundo Lev Vygotsky (1998), o desenvolvimento da criança ocorre através das relações sociais e da interação com o ambiente em que está inserida. Dessa forma, a aprendizagem não acontece de maneira isolada, mas é construída coletivamente, a partir das experiências vividas e mediadas pelo outro.

Nesse contexto, o papel do educador torna-se fundamental, pois é ele quem organiza experiências, propõe interações e favorece situações de aprendizagem capazes de contribuir para o desenvolvimento infantil. A criança aprende nas relações que estabelece com outras crianças, adultos, espaços, objetos e diferentes linguagens presentes no ambiente escolar.

Além disso, o ambiente educacional representa para a criança um importante espaço de convivência e ampliação de experiências. Ao ingressar na creche, a criança passa a conviver com diferentes sujeitos, culturas, hábitos e formas de comunicação, ampliando suas possibilidades de interação social e desenvolvimento cognitivo.

2.3. A creche: do Assistencialismo à Educação

Historicamente, as creches brasileiras surgiram com caráter assistencialista e filantrópico, voltadas principalmente ao cuidado das crianças enquanto suas famílias trabalhavam. Nessas instituições, o foco estava direcionado à alimentação, higiene e proteção física das crianças, sem um compromisso efetivo com a dimensão pedagógica.

Durante muito tempo, a creche foi vista apenas como espaço de assistência social, principalmente para crianças pertencentes às classes populares. Somente a partir das transformações ocorridas nas políticas educacionais e sociais brasileiras, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, a Educação Infantil passou a ser reconhecida como parte integrante da Educação Básica.

A partir desse momento, fortaleceu-se a compreensão de que cuidar e educar são ações indissociáveis na Educação Infantil. As instituições passaram a assumir não apenas funções relacionadas ao cuidado físico das crianças, mas também responsabilidades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral infantil.

Conforme Oliveira (2011), a Educação Infantil deve ser organizada de modo a integrar as práticas de cuidado e educação, reconhecendo que ambas são indissociáveis e fundamentais para assegurar o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, compreende-se que o trabalho pedagógico desenvolvido nas creches deve considerar tanto as necessidades físicas quanto emocionais, cognitivas e sociais das crianças, promovendo experiências significativas de aprendizagem e desenvolvimento.

Entretanto, apesar dos avanços legais e pedagógicos, ainda existem desafios relacionados à efetivação dessa proposta educativa, especialmente quando se observam as desigualdades presentes entre diferentes instituições de Educação Infantil.

No município do Rio de Janeiro, um dos caminhos adotados para ampliar o atendimento às crianças da Educação Infantil foi a celebração de parcerias entre a Prefeitura e instituições privadas sem fins lucrativos. A adoção dessa estratégia relaciona-se ao reconhecimento da Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, promovido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), bem como ao crescimento da demanda por vagas em creches, que exigiu do poder público a ampliação da oferta de atendimento. Assim, as creches conveniadas consolidaram-se como uma das estratégias adotadas pelo município para ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil como uma alternativa para ampliar o acesso das crianças à primeira etapa da Educação Básica. Posteriormente, as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil passaram a ser disciplinadas pela Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que estabeleceu normas para sua celebração, execução e fiscalização.

No âmbito dessa política pública, as creches conveniadas passaram a integrar a política municipal de expansão da oferta de vagas na Educação Infantil, contribuindo para reduzir a demanda reprimida por atendimento. Embora sejam administradas por instituições parceiras, essas unidades desenvolvem suas atividades em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, seguindo o calendário letivo da rede municipal, as orientações curriculares e pedagógicas, os processos de acompanhamento e supervisão e as normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino (Rio de Janeiro, 2011), preservando, ao mesmo tempo, características administrativas próprias decorrentes de sua natureza jurídica.

A coexistência de creches da rede direta, conveniadas e privadas evidencia diferentes formas de organização institucional para a oferta da Educação Infantil, constituindo um cenário relevante para compreender como essas

especificidades podem repercutir sobre o trabalho pedagógico e sobre as experiências educativas vivenciadas pelas crianças.

2.4. Cuidar e Educar: Em Princípio Indissociável

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) consolida a compreensão da Educação Infantil como um espaço em que cuidar e educar se articulam de forma indissociável. Ao reconhecer a criança como sujeito de direitos, o documento estabelece que as práticas pedagógicas devem promover experiências relacionadas ao conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Nesse contexto, o cuidar não deve ser entendido apenas como atendimento às necessidades biológicas da criança, mas como parte integrante das práticas educativas desenvolvidas no cotidiano da creche. O momento da alimentação, da higiene, do descanso e das interações também constitui espaço de aprendizagem, socialização e desenvolvimento.

Além disso, o brincar ocupa papel central na Educação Infantil, sendo reconhecido como importante linguagem da infância e forma de construção do conhecimento. Por meio das brincadeiras, a criança desenvolve autonomia, imaginação, criatividade, interação social e diferentes formas de expressão.

Assim, compreender o cuidar e o educar como dimensões inseparáveis significa reconhecer a criança em sua integralidade, considerando suas necessidades físicas, emocionais, sociais e cognitivas no planejamento das práticas pedagógicas.

2.5. Condições Institucionais e Prática Pedagógica

A prática pedagógica não ocorre de forma isolada, sendo diretamente influenciada pelas condições institucionais em que se desenvolve. Aspectos relacionados à infraestrutura, à organização dos espaços, aos recursos pedagógicos, à gestão institucional e às condições de trabalho dos profissionais impactam significativamente o cotidiano das creches e as experiências vividas pelas crianças.

No contexto da cidade do Rio de Janeiro, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades relacionadas à precariedade estrutural e à ausência de recursos adequados para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Sobre isso, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil destacam que:

Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles está a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido (Brasil, 2006, p. 10).

Essas condições podem interferir diretamente no desenvolvimento infantil e limitar as possibilidades de experiências educativas oferecidas às crianças. A ausência de espaços adequados para brincadeiras, interações e movimentação compromete aspectos importantes do desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Por outro lado, as creches privadas, em muitos casos, apresentam maior autonomia administrativa e disponibilidade de recursos materiais e estruturais, o que pode influenciar a organização do trabalho pedagógico e as experiências proporcionadas às crianças.

Nesse sentido, compreender as diferenças institucionais existentes entre creches públicas conveniadas e privadas torna-se fundamental para analisar os impactos dessas condições sobre a prática pedagógica. De acordo com Freire (1996), a prática educativa é construída em estreita relação com o contexto social, histórico e institucional em que se desenvolve, sendo influenciada pelas condições concretas que permeiam o trabalho educativo.

Dessa forma, refletir sobre as condições institucionais das creches permite compreender como diferentes contextos podem favorecer ou limitar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, influenciando diretamente a qualidade do atendimento oferecido às crianças e as possibilidades de efetivação de seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

3. CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A CRECHE CONVENIADA E A CRECHE PRIVADA

As análises apresentadas nesta seção foram construídas a partir das observações realizadas pelas autoras em uma creche conveniada ao poder público e em uma creche da rede privada da cidade do Rio de Janeiro, considerando suas experiências profissionais nos respectivos contextos de atuação. A comparação entre as duas instituições possibilitou identificar aproximações e diferenças relacionadas à infraestrutura, aos recursos pedagógicos, à organização das turmas, às condições de trabalho dos profissionais e às experiências oferecidas às crianças.

Mais do que descrever características institucionais, buscou-se compreender de que maneira essas condições influenciam o desenvolvimento do trabalho pedagógico e as oportunidades de aprendizagem, interação e desenvolvimento infantil, dialogando com os referenciais teóricos apresentados ao longo deste estudo.

3.1 Infraestrutura e organização dos espaços

A creche conveniada funciona em um prédio que anteriormente abrigava uma instituição particular. Possui salas amplas, capazes de atender entre 32 e 40 crianças, dois refeitórios, quadra, parquinho e dois andares com banheiros utilizados conforme a necessidade. Trata-se de um espaço amplo, embora necessite de algumas intervenções de manutenção.

A creche particular apresenta uma organização distinta, funcionando como creche-escola e compartilhando diversos espaços com outras etapas de ensino. Possui dois refeitórios, piscina destinada às aulas de natação, sala de vídeo, sala de informática, cantina, parquinho e dois andares. Entretanto, também apresenta problemas estruturais observados pelas autoras, como falta frequente de água e energia elétrica, ausência de água quente em alguns chuveiros, insuficiência de cadeiras infantis e prateleiras enferrujadas utilizadas para armazenar materiais de higiene.

Embora ambas as instituições disponham de espaços destinados ao atendimento das crianças, os dados evidenciam que cada contexto apresenta limitações específicas que repercutem na organização das práticas pedagógicas e nas experiências vividas pelas crianças.

Nessa perspectiva, Vygotsky (1998) afirma que o desenvolvimento infantil ocorre nas interações estabelecidas entre a criança, os sujeitos e o ambiente. Assim, espaços diversificados, seguros e adequadamente organizados favorecem brincadeiras, exploração, movimento e relações sociais, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Da mesma forma, Oliveira (2011) destaca que a Educação Infantil deve assegurar condições institucionais compatíveis com o desenvolvimento integral da criança, articulando cuidado e educação. Quando a infraestrutura apresenta limitações, parte dessas experiências pode ser restringida, influenciando as possibilidades de exploração dos espaços e de participação das crianças nas diferentes situações educativas.

Assim, a infraestrutura deixa de representar apenas uma característica física da instituição e passa a constituir um elemento que interfere diretamente na qualidade das experiências proporcionadas às crianças.

3.2 Recursos pedagógicos e possibilidades de trabalho docente

Na instituição conveniada, os materiais fornecidos restringem-se, em geral, a papel, cartolina e EVA. Outros recursos necessários às atividades pedagógicas costumam ser adquiridos pelas próprias professoras.

Na instituição particular investigada, observou-se que não há oferta sistemática de materiais específicos para o trabalho desenvolvido na creche, sendo frequente a utilização dos materiais pertencentes às próprias crianças durante as atividades.

Os dados evidenciam que ambas as instituições apresentam limitações relacionadas aos recursos pedagógicos, ainda que essas limitações assumam características diferentes em cada contexto.

Essas condições repercutem diretamente no planejamento das atividades e nas possibilidades de diversificação das experiências oferecidas às crianças. Conforme defende Freire (1996), a prática educativa não ocorre de maneira isolada, mas está relacionada às condições concretas em que o trabalho docente se desenvolve. Dessa forma, a disponibilidade — ou a ausência — de materiais interfere nas escolhas pedagógicas realizadas pelos profissionais e nas oportunidades de aprendizagem construídas no cotidiano da Educação Infantil. Isso pode limitar a diversificação das propostas, reduzindo as possibilidades de exploração de diferentes linguagens, brincadeiras e experiências pelas crianças.

3.3 Número de crianças por turma e mediação pedagógica

Na creche conveniada, as turmas variam entre 24 e 40 crianças. Nas turmas maiores atuam duas professoras e duas auxiliares, enquanto nas menores trabalham uma professora e duas auxiliares.

Na instituição particular, as turmas apresentam entre 15 e 25 crianças, contando com duas auxiliares e apoio eventual de estagiárias e psicopedagogas.

A comparação entre os dois contextos evidencia diferenças importantes na organização dos grupos atendidos.

Embora um número menor de crianças por turma não assegure, isoladamente, maior qualidade educativa, ele tende a favorecer um acompanhamento mais próximo das necessidades individuais e ampliar as possibilidades de mediação pedagógica.

Sob a perspectiva de Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais mediadas pelo outro. Dessa forma, turmas muito numerosas podem dificultar a observação das necessidades individuais, o acompanhamento das aprendizagens e a realização de intervenções pedagógicas mais individualizadas.

Nos contextos observados, percebe-se que o elevado número de crianças exige do professor constante divisão da atenção entre demandas individuais e coletivas, tornando mais complexo o acompanhamento dos processos de aprendizagem.

A análise realizada sugere que a composição das turmas constitui um elemento relevante das condições institucionais, repercutindo diretamente sobre a organização do cotidiano educativo.

3.4 Condições de trabalho dos profissionais e rotina institucional

Na creche conveniada, as autoras consideram satisfatórias as condições gerais de trabalho, embora apontem a necessidade frequente de aquisição de materiais com recursos próprios. A rotina contempla momentos de alimentação, roda de conversa, brincadeiras, atividades pedagógicas, utilização de espaços externos, descanso, higiene, contação de histórias e saída das crianças.

Na instituição particular, as condições de trabalho são consideradas razoáveis, porém marcadas por uma jornada mais extensa. As atividades concentram-se principalmente nos cuidados cotidianos, na organização dos materiais, no acompanhamento das tarefas escolares e na assistência permanente às crianças.

Observa-se que ambas as instituições organizam rotinas sistematizadas, embora priorizem experiências diferentes no cotidiano.

Freire (1996) afirma que a prática educativa está profundamente vinculada ao contexto institucional em que se realiza. Nesse sentido, aspectos relacionados à carga de trabalho, à organização das atividades e às condições oferecidas aos profissionais repercutem tanto sobre o trabalho docente quanto sobre as experiências educativas das crianças.

Assim, os dados analisados indicam que diferentes formas de organização institucional produzem distintas possibilidades de atuação pedagógica. Os dados sugerem que as condições de trabalho repercutem não apenas na atuação docente, mas também na qualidade das experiências educativas vivenciadas pelas crianças.

3.5 Aproximações e distanciamentos entre os contextos investigados

A análise comparativa permitiu identificar tanto aproximações quanto diferenças entre as instituições investigadas.

Em ambos os contextos observou-se o compromisso dos profissionais com o atendimento às crianças, bem como desafios relacionados às condições materiais e estruturais.

As diferenças identificadas concentram-se principalmente na infraestrutura, na organização das turmas, na disponibilidade de recursos pedagógicos e na rotina institucional.

Entretanto, essas diferenças não permitem estabelecer uma relação de superioridade entre uma instituição e outra. Ao contrário, evidenciam que diferentes condições institucionais produzem desafios específicos para a organização do trabalho pedagógico.

Assim, o foco da análise não consiste em identificar qual contexto oferece uma educação "melhor", mas compreender como diferentes condições institucionais influenciam as práticas educativas e as experiências vividas pelas crianças.

3.6 Implicações das condições institucionais para as experiências das crianças

Os resultados evidenciam que infraestrutura, recursos pedagógicos, organização das turmas e condições de trabalho constituem elementos que influenciam diretamente o cotidiano das crianças.

À luz da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), essas condições repercutem sobre as oportunidades de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, direitos que estruturam a proposta pedagógica da Educação Infantil.

Assim, as diferenças observadas entre as instituições investigadas não representam apenas distintas formas de organização administrativa, mas produzem experiências educativas igualmente distintas, influenciando as possibilidades de desenvolvimento infantil e a efetivação dos direitos das crianças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar comparativamente as condições institucionais e organizacionais de uma creche conveniada ao poder público e de uma creche da rede privada da cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender de que maneira essas condições influenciam o trabalho pedagógico e as experiências educativas vivenciadas pelas crianças na Educação Infantil.

A análise dos contextos investigados permitiu identificar que aspectos relacionados à infraestrutura, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à organização das turmas, às condições de trabalho dos profissionais e às rotinas institucionais repercutem diretamente na organização das práticas educativas e nas oportunidades de interação, participação, brincadeira e aprendizagem oferecidas às crianças. Embora as duas instituições apresentem características distintas, ambas enfrentam desafios que interferem no cotidiano educativo e exigem dos profissionais constante empenho para garantir um atendimento comprometido com o desenvolvimento infantil.

Os resultados evidenciam que a qualidade da Educação Infantil não depende exclusivamente da dedicação dos educadores, mas também das condições institucionais que sustentam o trabalho pedagógico. Ambientes adequados, recursos pedagógicos suficientes, organização das turmas compatível com as necessidades das crianças e condições dignas de trabalho constituem elementos fundamentais para a efetivação de práticas educativas capazes de promover experiências significativas de aprendizagem e desenvolvimento.

A comparação entre os contextos analisados também permitiu compreender que as diferenças observadas não autorizam estabelecer relações de superioridade entre uma instituição e outra. Ao contrário, evidenciam que diferentes condições institucionais produzem diferentes possibilidades e desafios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, influenciando as experiências vividas pelas crianças e as formas de organização das práticas educativas.

Nesse sentido, os resultados reforçam a importância de compreender a Educação Infantil como um direito da criança e um compromisso coletivo que envolve não apenas a atuação dos profissionais, mas também a responsabilidade do poder público e das instituições na garantia de condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho educativo. Conforme discutido ao longo deste estudo, cuidar e educar constituem dimensões indissociáveis da prática pedagógica, exigindo espaços, recursos, tempos e condições institucionais que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças e a efetivação de seus direitos.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as reflexões acerca das desigualdades ainda presentes na Educação Infantil e para incentivar a construção de políticas públicas e ações institucionais que assegurem melhores condições de atendimento às crianças. Acredita-se que a valorização dos profissionais, aliada à oferta de infraestrutura adequada, recursos pedagógicos, organização institucional compatível com as especificidades da infância e condições de trabalho favoráveis ao desenvolvimento das práticas pedagógicas, constitui um caminho essencial para a consolidação de uma Educação Infantil comprometida com os direitos das crianças, com a qualidade das experiências educativas e com seu desenvolvimento integral.

Embora o estudo tenha sido desenvolvido a partir de duas instituições específicas, os resultados contribuem para ampliar as reflexões sobre os desafios enfrentados pela Educação Infantil em diferentes contextos institucionais.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1º ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC, 2006.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIO DE JANEIRO (Município). Conselho Municipal de Educação. Deliberação E/CME nº 37, de 24 de novembro de 2011. Fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão das instituições de Educação Infantil pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.